

Avaliação externa de projetos de investigação-ação: reflexões a partir de uma experiência com mulheres agricultoras rurais

Parente, Cristina¹; Azevedo, Natália²; Madeira, Rita³

¹ FLUP/IS-UP, cparente@letras.up.pt;

² FLUP/IS-UP, nazevedo@letras.up.pt

³ IS-UP, ritacmadeira99@gmail.com

Resumo: A nossa comunicação reporta para um conjunto de reflexões metodológicas sobre um processo de avaliação externa no âmbito de um projeto de investigação e intervenção: Projeto MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior (2020-2023, Sabugal e São Pedro do Sul). Na linha temporal de execução do projeto, desenhamos e operacionalizamos um modelo de avaliação de resultados, orientado a montante pela análise de processo e a jusante pela análise de sustentabilidade. O modelo de avaliação assentou num pressuposto metodológico consentâneo com a especificidade epistemológica do projeto: uma avaliação de cariz qualitativo, participado e transversal, com recurso a técnicas de recolha de informação que integraram tanto a diversidade dos atores presentes e dos contextos territoriais e sociais, como as contingências temporais, organizacionais e sociais de execução do projeto. Com base num desenho assente em quatro momentos (exploratórios, de acompanhamento, de aconselhamento e de avaliação de resultados), concretizados entre novembro de 2021 e maio de 2023, o exercício da avaliação externa permitiu-nos refletir sobre o lugar e a importância dos processos avaliativos participados e horizontais, enquadrados no movimento agroecológico, que sistematizam ciclos de aprendizagem individual, coletiva e organizacional, desenvolvidos com, e para, os grupos-alvo e as equipas dos projetos. O trabalho que realizámos consubstanciou um conjunto de conclusões orientadas para prefigurar a replicabilidade deste tipo de projetos em condições de sustentabilidade temporal, social e territorial. Destacamos a dimensão relacional e afetiva como primeiro passo no processo de empoderamento das populações (relações e redes, momentos de partilha, lazer e comunhão, preservação de memórias e saberes); a (auto e hetero) valorização do papel social das mulheres em contexto rural; as aprendizagens técnicas (das populações e técnicos/as municipais) e as aprendizagens pessoais e organizacionais (dos técnicos/as e outros atores locais, das equipas de investigação-ação); e a crescente valorização das temáticas da igualdade de género e agricultura familiar, centrais nas agendas políticas nacional e internacional. Fechamos a reflexão com questões em aberto, que remetem para um desafio que se coloca aos que protagonizam projetos similares: quais as garantias de sustentabilidade futura dos resultados obtidos? Para alcançá-las, com recurso às técnicas participativas, adequadas aos contextos de atuação, exige-se uma presença mais regular e próxima das equipas de investigação-ação nos territórios, uma maior disponibilidade dos grupos-alvo e mais recursos humanos e financeiros, que permitam reforçar a participação pública, a capacidade de organização informal ou associativa dos grupos-alvo e potenciar ciclos de co-aprendizagem orientados para práticas agroecológicas em territórios rurais.

Palavras-chave: Avaliação de resultados; metodologia qualitativa; co-participação; sustentabilidade.

Abstract: Our communication concerns a set of methodological reflections on an external evaluation process within the scope of a research and intervention project: MAIs Project – Women Farmers in Interior Territories (2020-2023, Sabugal and São Pedro do Sul). Within the framework of the project execution timeline, we designed and operationalized a results evaluation model, guided upstream by process analysis and downstream by sustainability analysis. The evaluation model was based on a

methodological assumption consistent with the epistemological specificity of the project: an evaluation of a qualitative, participatory and transversal nature, using information collection techniques that integrated both the diversity of the actors present and the territorial and social contexts, such as the temporal, organizational and social contingencies of project execution. With a design based on four moments (exploratory, monitoring, counseling and results evaluation), carried out between November 2021 and May 2023, the external evaluation exercise allowed us to reflect on the place and importance of the processes participatory and horizontal evaluations, framed in the agroecological movement, which systematize individual, collective and organizational learning cycles, cycles developed with, and for, the target actors and project teams. The work we carried out embodied a set of conclusions aimed at foreshadowing the replicability of this type of projects under conditions of temporal, social and territorial sustainability. We highlight the relational and affective dimension as the first step in the process of empowering populations (relationships and networks, moments of sharing, leisure and communion, preservation of memories and knowledge); the (self and hetero) appreciation of the social role of women in a rural context; technical learning (of populations and municipal technicians) and personal and organizational learning (of technicians and other local actors, of action research teams); and the growing appreciation of the themes of gender equality and family farming, central to national and international political agendas. We close the reflection with a set of open questions, which refer to a challenge facing those who carry out similar projects: what are the guarantees of future sustainability of the results obtained? To achieve them, using participatory techniques, appropriate to the contexts of action, it is required a more regular and closer presence of action research teams in the territories, greater availability of target groups and more human and financial resources, that make it possible to reinforce public participation and informal or associative organization capacity of target groups and to enhance co-learning cycles oriented towards agroecological practices in rural territories.

Keywords: Results evaluation; qualitative methodology; co-participation; sustainability.

Introdução

A reflexão que propomos parte do lugar de avaliadores externos, qualidade com que nos integrámos no projeto MAIs com o objetivo de concretizar a medição do impacto da intervenção e sustentabilidade do projeto prevista em sede de candidatura (IPV, 2021). Enquanto projeto de investigação e intervenção, realizado entre 2020 e 2023, o MAIs tratou as questões de género e da agricultura familiar, nos territórios de Sabugal e de São Pedro do Sul, com uma população-alvo constituída por mulheres dedicadas à agricultura familiar e por técnicos/as e outros atores locais de ambos os concelhos. Assumiu como pressuposto o lugar e o papel estratégico das mulheres nas áreas rurais e na agricultura (IPV, 2021) e como problema de análise e intervenção a invisibilidade estatística e social das mulheres nessa atividade, as vulnerabilidades sociais (desigualdades de género e dependência económica) e a fraca representatividade nas estruturas associativas locais e nos lugares de decisão (IPV, 2021). Nesse sentido, os resultados esperados previam o aumento da participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, maior visibilidade do seu papel social e aumento da igualdade entre homens e mulheres (IPV, 2021). O projeto desenvolveu uma intervenção no sentido da transformação social, ancorado na Teoria da Mudança (TdM) enquanto “metodologia de monitorização, avaliação e aprendizagem” que promove a “criação de um ciclo de ação-aprendizagem” (IPV, 2021). Nesta linha, o trabalho desenvolvido no projeto MAIs, incluindo o de avaliação, teve subjacente o

modelo da agroecologia, como uma análise crítica da globalização agroalimentar e do agronegócio. Trata-se de uma abordagem teórica e prática que, para além de aplicar a ciência da ecologia à agricultura, promovendo um desenho técnico-produtivo e práticas culturais orientadas pelo respeito pela natureza e ecodiversidade, se configura também como um movimento social contra-hegemónico e uma prática sociopolítica promotora de soberania alimentar. Deste modo, e neste trabalho, entendemos a agroecologia como uma ferramenta de transformação eco-social na linha de Gliessman (2002), onde a Investigação-Ação e o processo participativo de agricultoras empoderadas ganham valor e dimensão. A agroecologia, enquanto contramovimento (Picolotto & Bremm, 2016), surge como uma opção alternativa no caminho para a sustentabilidade, soberania alimentar e igualdade de género, combatendo os efeitos perversos da modernização agrícola; resgata práticas tradicionais e com menor impacto ambiental; e permite a reconexão entre a agricultura e a comunidade, valorizando a autonomia dos/as agricultores/as. Promove, assim, uma transformação social holística: além da adoção de outras práticas de produção agrícola, pretende-se uma mudança social em termos de proteção dos/as trabalhadores/as rurais, igualdade de género, comercialização alternativa e justa, respeito por todos os seres, colaboração e associativismo. O trabalho de avaliação externa que realizámos entre novembro de 2021 e maio de 2023 procurou responder ao desafio de *uma avaliação de resultados e não de uma avaliação de impactos*, como definido na candidatura inicial. Ao considerarmos “que o resultado de um projeto de desenvolvimento necessita de três a cinco anos para se poder averiguar os reais impactos” (Guerra, 2006, p. 197), a duração da execução do projeto que previa um término, sem antever um espaço de tempo suficientemente longo para permitir trabalhar os efeitos a médio e longo prazos, impôs a co-decisão de uma avaliação de resultados, orientada a montante pela análise de processo e a jusante pela análise de sustentabilidade do projeto. Procurou-se, assim, avaliar o sucesso do projeto, atendendo aos seus resultados para os públicos-alvo e às atitudes e aos sentidos atribuídos após a intervenção, de forma a aferir-se o que mudou, que resultados foram alcançados e em que medida tais resultados potenciaram saberes e deram maior visibilidade social às mulheres agricultoras e práticas ancestrais de agricultura familiar, promotoras do desenvolvimento territorial endógeno de acordo com a matriz agroecológica. A partir desta análise, e da análise do curso do projeto, no seu desenho e execução, elaborou-se um conjunto de recomendações futuras para a replicação deste tipo de projetos, em condições de sustentabilidade, para todos os atores sociais envolvidos e para outras possíveis equipas promotoras da mesma tipologia de projetos. Duas questões orientaram esta proposta:

- i) como melhorar a operacionalização de um projeto, de modo a contribuir para criar uma plataforma de ação que integre um maior controlo sobre os obstáculos e limitações e reúna condições favoráveis, benéficas e vantajosas para a concretização dos seus objetivos?
- ii) como se pode escalar esta intervenção de modo a criar continuidade e sustentabilidade das ações promovidas?

Metodologia

Para responder a estes objetivos recorreremos à proposta teórica da espiral da inovação social (European Commission, 2013) e desenvolvemos uma abordagem metodológica de carácter qualitativo, adequadas à investigação na e pela ação (Esteves, 1986). Em termos epistemológicos entendemos o projeto como um projeto de investigação-ação participativa (Esteves, 1986), com dois princípios fundamentais a estruturar o seu desenho operacional: i) são processos complexos, pois integram objetivos de investigação (produzir conhecimentos sobre), de inovação (introduzir transformações e solucionar problemas identificados) e de formação de competências (desenvolver uma aprendizagem social participada); ii) são processos coletivos, que envolvem nas suas fases e nas suas atividades um sujeito ativo coletivo (equipas técnicas e públicos-alvo)

(Esteves, 1986), envolvidos mais ou menos afetivamente com os seus desígnios. Considerou-se relevante que os membros dos diferentes grupos envolvidos (mulheres, técnicos/as municipais e outros atores locais), bem como a equipa do projeto, tivessem um papel ativo na avaliação do projeto, identificando os problemas e as causas do sucesso e insucesso do seu curso; definindo meios para os solucionar; e avaliando quer as ações executadas, quer os resultados esperados. Trabalharam-se, assim, as perceções e experiências dos vários atores sociais. Deste modo, realizámos a avaliação qualitativa participativa com a equipa do projeto e com os públicos-alvo, sem hierarquias, adaptando todo o processo às situações do momento, às necessidades e barreiras de participação das mulheres (como a linguagem, o transporte e o acesso a atividades), associadas a papéis de género (Gervais & Rivard, 2013). Recorremos, por isso, a técnicas de recolha de informação diferenciadas de acordo com os contextos e adaptámos o modelo de avaliação a cada momento de acordo com contingências diversas. Primeiro, reformulado em particular na sua interação com a atividade da equipa de avaliação interna; depois, referido de acordo com as particularidades das atividades do projeto, tendo em conta as exigências da atividade avaliativa, o orçamento disponível e a satisfação das solicitações da equipa nuclear do projeto. Sistematizado no Quadro 1, o modelo contou com quatro momentos - *exploratórios, de acompanhamento, de aconselhamento e de avaliação de resultados* – e com técnicas trianguladas ao longo do processo – conversas informais no terreno, observação direta e participante, análise documental, entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo com os públicos-alvo. No quadro figuram também os produtos entregues pela avaliação externa à equipa de projeto.

Quadro 1 – Modelo de Avaliação Externa

Momento/Fase
Momentos exploratórios [entre novembro de 2021 e março de 2022] Observação de contextos de intervenção e de atividades com as mulheres agricultoras e artesãs; teste à grelha de observação; teste ao inquérito por questionário. <u>Output:</u> Plano de avaliação
Momentos de acompanhamento [entre maio e outubro de 2022] Participação e observação direta nas reuniões da equipa. Análise documental (candidatura, relatórios, entre outras informações produzidas) e registos de reuniões. Análise do trabalho a ser desenvolvido pela equipa de avaliação interna. <u>Output:</u> Reaferição e adaptação do plano de avaliação.
Momentos de aconselhamento [maio e outubro de 2022] Sugestões à equipa de avaliação interna a partir de documentos ou reuniões de equipas. <u>Output:</u> Pareceres à equipa de avaliação interna
Momentos de Avaliação de Resultados [entre fevereiro e maio de 2023] 1 entrevista coletiva com a equipa do projeto MAIs. 2 entrevistas individuais com as coordenadoras do projeto MAIs. Entrevistas a atores locais do Sabugal e S. Pedro do Sul (aplicação conjunta com a equipa de investigação-ação). 1 entrevista coletiva com técnicos e outros atores locais - “Roda do Futuro” - que frequentaram o “Workshop sobre Igualdade de Género na Agricultura”. Dinâmica de eleição de prioridades para recomendações no Seminário Final do projeto. 2 conversas informais com as mulheres dos dois concelhos; conversas telefónicas com mulheres do Sabugal. <u>Outputs:</u> Relatórios de avaliação final (versão provisória e versão final) e contributos para o Guiapara a Igualdade de Género na Agricultura.

Os dados recolhidos foram analisados com o recurso a uma grelha de análise de conteúdo categorial, construída mediante as atividades do projeto, tendo em conta os seguintes critérios de avaliação (Guerra, 2006): coerência interna (o projeto é coerente face aos objetivos a atingir?); coerência externa (o projeto é justificável no contexto em

questão? tem mais-valias?); pertinência; eficiência (os recursos foram utilizados de forma racional? o processo foi desenvolvido de acordo com pressupostos e requisitos acordados?); eficácia (os objetivos foram atingidos?); equidade (distribuição dos recursos); resultados (transformações derivadas da intervenção em termos de impacto organizacional e de empoderamento). Os critérios eficácia e resultados contemplaram os indicadores previstos na candidatura do projeto (IPV, 2021): grau de satisfação com a intervenção/capacitação técnica, pessoal, organizacional, por região e grupo etário; grau de motivação para a participação cívica por região e grupo etário; número de mulheres associadas em coletivos por região e grupo etário; percepção do valor do seu trabalho/papel social por região e grupo etário. Associámos, de igual modo, ao processo de interpretação dos dados recolhidos, uma análise SWOT, entendida como procedimento analítico auxiliar quer na elaboração de diagnósticos, quer na análise organizacional ou elaboração de planos (Schiefer et al., 2006). No caso, e aplicada ao projeto MAIs, esta técnica permitiu-nos sinalizar pontos fortes (Strengths), pontos fracos (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats), perspectivando-os em relação e nos respetivos contextos territoriais, organizacionais e sociais, com o objetivo de sugerir uma matriz de recomendações que valorizasse as virtualidades da intervenção e identificasse as mudanças necessárias, como solicitados pela equipa do projeto.

Resultados e Discussão

Os resultados do processo de avaliação que desenvolvemos foram diversos e plurais de acordo com o conjunto de categorias de análise anteriormente indicadas (Parente; Azevedo & Madeira, 2023). Para efeitos desta comunicação, salientámos as categorias de análise relativas ao próprio processo de investigação e intervenção do ponto de vista da metodologia utilizada (Quadro 2).

Quadro 2 - Resultados da avaliação externa do projeto MAIs – Processo de Intervenção do ponto de vista metodológico

Resultados por indicador previsto na candidatura do projeto (IPV, 2021)	
Forças/sucessos/êxitos do projeto	
Processo de intervenção	1. Metodologia na e para a ação adequada à teoria da mudança: Diagnóstico aprofundado, com metodologias participativas e com adaptação das técnicas ao longo da fase de diagnóstico; Roteiros de intervenção adaptados aos objetivos, às necessidades detetadas, aos recursos disponíveis e às características das subequipas do projeto; Práticas de adaptação constante: ações propostas substituídas por outras tidas como mais adequadas, introdução de novas ações; respeito pelos ritmos e vontades das mulheres. 2. Sistematização administrativa das atividades em documentos partilhados e comunicação interna via <i>WhatsApp</i> eficazes. 3. Dinâmica de trabalho em equipa positiva, com capacidade de diálogo interdisciplinar e de adaptação aos próprios obstáculos que vão surgindo em projetos de tempo longo. Dinâmica de reuniões à distância facilitadora da participação dos diferentes membros e parceiros do projeto. Anulou o investimento em tempo e recursos dedeslocações no território. 5. Parcerias locais, internacionais e setoriais diversas e relevantes: Potencialização de saberes acumulados anteriores e com proximidades individuais e organizacionais aos territórios; Técnicos/as das equipas municipais formados/as com abordagem iniciática (no Sabugal) ou aprofundada (em São Pedro do Sul) para os temas em si e seu cruzamento temático, com aprendizagens várias, nomeadamente decorrentes daparceria internacional.

Quadro 2 (cont.)

Fraquezas/limitações/ insucessos/obstáculos do projeto	
Processo de intervenção	6. Indisponibilidade de recursos humanos e financeiros para deslocações e estadias no terreno e para os ajustamentos e alterações de cronograma das atividades, decorrentes da teoria da mudança. 7. Desequilíbrio entre tempo de investigação e tempo de intervenção. 8. Fraca divulgação e escala na disseminação e comunicação externa do projeto, ao nível local. 9. Fraco (re)conhecimento do projeto nos territórios, decorrente da falta de tempo da equipa em geral e ausência de recursos humanos especializados na área. 10. Dificuldades de interação decorrentes do trabalho sempre à distância no âmbito da equipa de investigação-ação, consequência do arranque em contexto pandémico que perdurou até ao fim do projeto e se reflectiu num relativo fechamento em subequipas responsáveis pelos roteiros de intervenção. 11. Ausência a reuniões por parte de alguns membros do projeto e das associações parceiras.

Conclusões

A avaliação de resultados, tal como a definimos, permitiu-nos visualizar, entre muitas outras dimensões da análise, o quão central e necessária se torna a componente relacional e afetiva nos projetos de investigação-ação: é um primeiro passo no processo de empoderamento dos atores sociais envolvidos. Tais projetos, e em territórios rurais e de interior, estabelecem relações e redes, criam momentos de partilha, de lazer e de comunhão. Consegue-se potenciar aprendizagens técnicas e preservar memórias e saberes, bem como potenciar a (auto e hetero) valorização do papel social dos atores sociais mais desprovidos de recursos simbólicos e sociais. De igual modo, e do ponto de vista das equipas que concebem e operacionalizam a intervenção e dos stakeholders, potenciam-se aprendizagens várias, pessoais e organizacionais, e assiste-se à crescente valorização das temáticas da igualdade de género e agricultura familiar, aspetos cruciais da matriz agroecológica, tornados manifestos e visibilizados com o MAIs. Apesar da criação e do aprofundamento dessas relações e redes, e de acordo com os dados recolhidos no processo de avaliação externa, não há garantias de sustentabilidade futura e continuidade dos resultados deste tipo de projetos: ora porque os públicos-alvo não estiveram presentes desde as fases iniciais do projeto e em todas as atividades de intervenção; ora por faltar alguma dinâmica de autonomização dos grupos que, sem o apoio das equipas de investigação-intervenção, revelam mais dificuldades em prosseguir com o processo de empoderamento social iniciado com os projetos. Deste modo no Quadro 3 sintetizamos as principais oportunidades e ameaças para garantir a sustentabilidade de projeto, bem como se equacionam um conjunto de recomendações futuras para próximos projetos de investigação-ação.

Quadro 3 - Resultados da avaliação externa do projeto MAIs – Futuro do projeto e Recomendações

Futuro do projeto: oportunidades e ameaças/desafios	
Oportunidades	1. Virtualidades das metodologias participativas e consciencialização das suas dificuldades. 14. Sistematização de práticas para futuro nos domínios temático e potenciação da curva de aprendizagem num processo de partilha de boas práticas (guia).
Ameaças/desafios	2. Investimentos de tempo, recursos humanos e financeiros exigidos pelas metodologias participativas, o que nem sempre se coaduna com os programas de financiamento disponíveis. 3. Práticas da co-construção que exigem disponibilidade das pessoas em regiões deprimidas, com baixas remunerações médias. 4. Média e longa-duração dos projetos: necessidade de projetos com equipas permanentes no terreno (um/a técnico/a) que garantam o acompanhamento que permita criar autonomia dos grupos-alvo. 2. Dificuldades de deslocação das equipas e das próprias populações-alvo.
Recomendações	6. Manter a realização de diagnósticos qualitativos e quantitativos aprofundados, adaptando-os às especificidades locais. Realizar um protocolo com o INE para acesso a dados discriminados por local (freguesia/vila/aldeia). 7. Prever um maior número de horas para a intervenção e uma intervenção mais duradoura no terreno, de modo a implementar-se uma lógica de co-construção mais efetiva e autonomizadora. 8. Considerar a atividade de disseminação e envolvimento dos atores do território como atividade autónoma do projeto com recursos humanos e orçamento próprio, de modo a criar os efeitos multiplicadores pretendidos. 9. Manter as escolhas de parceiros que capitalizam conhecimentos e inserções no terreno e potenciam curvas de aprendizagem. 10. Melhorar o desempenho das parcerias (internacional, local e sectorial), desencadeando ações de envolvimento responsável e monitorização capazes de garantir que cada parceiro assuma o papel a que se comprometeu de forma rigorosa e justa.

Agradecimentos

Às agricultoras e artesãs de Sabugal e de São Pedro do Sul. À Equipa do Projeto MAIs e, em particular, à sua coordenação, na figura da Prof.^a Cristina Amaro da Costa do Instituto Politécnico de Viseu e sua co-coordenação Prof.^a Rosário Rosa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Aos municípios do Sabugal e de São Pedro do Sul, na figura dos seus técnicos/as.

Referências Bibliográficas

- Esteves, A. J. (1986). A investigação-acção. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). Metodologia das ciências sociais. (1.^a ed., pp 251-278). Afrontamento.
- European Commission (2013). Guide to Social Innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Gervais, M. & Rivard, L. (2013). “SMART” Photovoice agricultural consultation: increasing Rwandan women farmers’ active participation in development. Development in Practice. 23: 4, 496-510.
- Gliessman, S.R. (2002). Agroecología. Procesos ecológicos en Agricultura Sostenible. Turrialba: CATIE.
- Guerra, I. C. (2006). Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais (2.^a ed. rev.). Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- IPV (2021). Descrição do projeto e das atividades. In MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior. Projeto de candidatura ao programa EEA Grants.

- Parente, C.; Azevedo, N. & Madeira, R. (2023). Avaliação Externa. Relatório sobre a avaliação de resultados e sustentabilidade do MAIs - versão provisória. Instituto de Sociologia da UP.
- Picolotto, E. L. & Bremm, C. (2016). Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*. 15: edição especial, 104-130.
- Schiefer U., Bal-Dobel, L., Batista, A., Dobel, R., Nogueira, J. & Teixeira, P. (2006). MAPA - Manual de planeamento e avaliação de projectos (1.^a ed.). Cascais: Principia.